



ALICENEWS.CES.UC.PT

## INSURGENT AND INTERCULTURAL CONTENT IN ENGLISH, PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

#59

2024-02-27

ISSN 2795-515X



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### O Pobre e a Pobreza

#### AN Original

Ao sair de um restaurante na cidade de Fortaleza, Nordeste do Brasil, tinha nas mãos uma pequena marmitta onde acondicionava as sobras da refeição que acabara de realizar. Antes mesmo de chegar ao fim da primeira(...)

Por Rafael dos Santos da Silva



es Reflexión Anticolonialismo

### Política de las desafecciones

#### AN Original

Que Nayib Bukele haya ganado las pasadas elecciones generales en El Salvador fue solo la comprobación de un hecho que, de alguna manera, esperábamos en el continente. Lo sorprendente fue el uso que le dio a la fuerza(...)

Por Verónica Rocha Fuentes



pt Reflexão

### Extremismo e movimentos sociais em Moçambique

#### AN Original

A ausência de movimentos sociais em uma sociedade pode criar um vácuo perigoso, propenso ao surgimento da extrema direita e, em casos extremos, à insurgência violenta. A vitalidade dos movimentos sociais está(...)

Por Boaventura Monjane



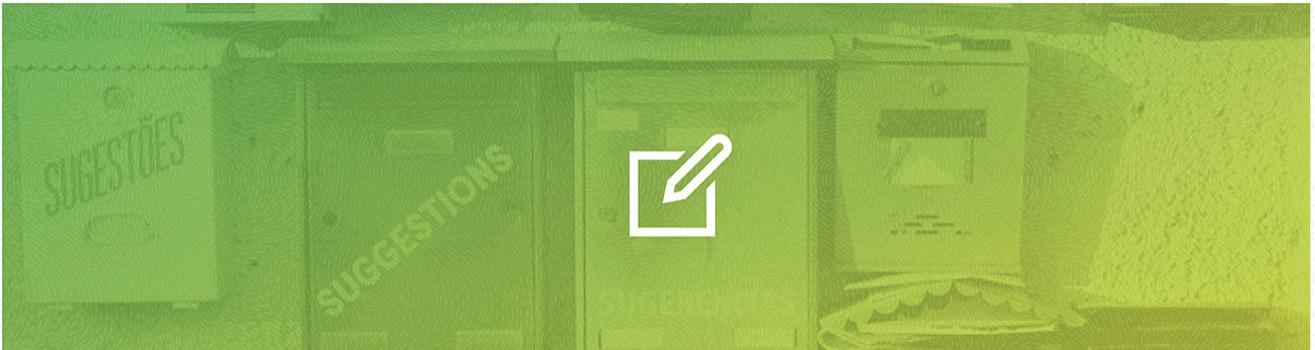
en Reflection Anti-Colonialism

## Minds at the Ballot: Psychopathologies and Political Behaviour

### AN Original - UNPOP Series

People suffering from psychological disorders have long been marginalized in society, enduring stigma and discrimination that eroded their fundamental rights, such as the right to vote. This marginalization has(...)

By Maria Clara Paraíso, Manuel João Cruz



Centro de Estudos Sociais    Tel +351 239 855 570  
Colégio de S. Jerónimo    Fax +351 239 855 589  
Apartado 3087  
3000-995 Coimbra, Portugal    alicenews@ces.uc.pt



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

# O Pobre e a Pobreza

## AN Original

2024-02-21

Por Rafael dos Santos da Silva

Ao sair de um restaurante na cidade de Fortaleza, Nordeste do Brasil, tinha nas mãos uma pequena marmita onde acondicionava as sobras da refeição que acabara de realizar. Antes mesmo de chegar ao fim da primeira quadra um trabalhador que catava lixo fixou-me o olhar e sem que nos falássemos estiquei a mão entregando-lhes aquele alimento. Nesse instante, me perguntei por que aquele indivíduo que trabalhou bem mais do que eu não tinha sua refeição garantida? Ele, imerso na pobreza absoluta circulava à cidade a procura de “um pouco, quase ou nada” que lhe permitisse acessar o mais básico que o mundo civilizado convencionou chamar de refeição. Logo uma pergunta central se apresentou: por que ele é pobre? Para responder a esta questão é fundamental recuperar a diferença entre o pobre e a pobreza? Existe? Sim, e se mostra dialeticamente profunda.

Em tempo, a motivação inicial deste texto passa essencialmente pela tentativa de responder a uma verdadeira confusão epistemológica havida entre a definição da pobreza e sua diferença em relação ao pobre. Não é de hoje que esse tema ocupa a sociologia. Mesmo quando essa ciência ainda não havia sido sistematizada, o britânico John Bellers [1696] ponderou para os desequilíbrios entre trabalho e capital elaborando aquilo que ficou conhecido por Labor Exchange. Em seguida, coube ao famigerado Jeremy Bentham [1794] se ocupar de elaborar o seu questionado método denominado por Panóptico. Mas recentemente Alex de Tocquellille articulou o paradigma da igualdade em que a democracia liberal deveria apontar o fio condutor das relações de troca que pusesse fim à pobreza. Na sequência, coube a K. Marx e F. Engels inovarem na leitura radical sobre o tema ao apresentar o paradigma da exploração colocando no centro do debate à questão da economia e sobretudo, da política. No entanto, foi somente no início do século XX que o sociólogo alemão Georg Simmel melhor compreendeu o contexto sobre o tema propondo a leitura construtivista daquilo que ficou conhecido por solidarismo.

No curto, mas denso trabalho Le Pauvre George Simmel, inaugurou as bases de uma sociologia da pobreza, cuja principal reflexão consistia em separar de forma pedagógica o pobre e a pobreza. A principal diferença, segundo o autor, se dá na perspectiva de que a pobreza responde a uma dimensão sociológica, portanto serve para aprimorar os conceitos relativos as estruturas sociais que condicionam a vulnerabilidade nos indivíduos. Segundo Anete Ivo, socióloga brasileira autora do livro "Viver por um Fio" pela primeira vez Simmel vai elaborar uma síntese profunda se valendo de uma abordagem construtivistas, sobre o fenômeno estrutural da pobreza sem deixar contudo de enxergar suas consequências, o pobre. Para ela, tendo por fio condutor os elementos da ética e da moral, Simmel articulou os aspectos coletivos movidos a partir das instituições que por inércia ou ação afetam individualmente os membros de uma sociedade determinando quem serão os pobres. Portanto, Simmel, no bem dizer de Ivo "analisa a pobreza e ao mesmo tempo a condição de ser pobre." Nesse sentido, somente a partir de Simmel foi possível falar em "cidadania republicana" e com isso abriu-se espaço para se alcançar sociologicamente a construção política da pobreza.

Ora, sabe-se, contudo, que tal construção permite acessar ainda a dimensão isolada da questão maior, e com isso emerge renovada a conceitualização do pobre que na visão de Simmel são aquelas pessoas que "confrontadas a realidade específica de cada lugar devem receber assistência material" constituindo assim a dimensão da pobreza relativa. Mas, relativa a quê? Relativa a funcionalidade coletiva. Razão pela qual "o pobre é necessariamente aquele indivíduo que se apresenta excluído." Contudo, por pertencer a coletividade, ou seja, a sociedade, é dele o direito primário de acessar aos mais amplos ciclos políticos de sua comunidade. Sendo nesse limite as categorias dos direitos sociais pré-existentes à dimensão da obrigação.

Nessa dimensão, individualizada, encontra-se o pobre, que fundamentalmente responde a uma condição material socialmente produzida. Alijado de uma determinada dinâmica de produção e consumo aprofundada cada vez mais a partir da dinâmica do (des)envolvimento do capital.

Somente assim é possível distinguir a pobreza enquanto uma categoria sociológica, e o pobre na sua dimensão política. Quais as contribuições poderíamos extrair disso? Ao modo desta escrita, a boa definição de tais categorias possuem a capacidade de inserir no debate público a questão social da pobreza, ao mesmo tempo que noutra estágio de debate, é possível contribuir com novas formulações políticas de enfrentamento a pobreza, sem, contudo, culpabilizar o pobre. Em última, instância, o debate se bem orientado permite ao Estado, no bem dizer de Simmel, "evoluir suas ações do campo da caridade privada para as garantias das condições mínimas da vida."

Com isso, quando bem definida a distinção entre o pobre e a pobreza desmistifica o assunto, essencialmente por possibilitar emergir uma determinada epistemologia da pobreza, para a partir daí ser possível identificar os níveis de vulnerabilização imposta pela dinâmica social. Logo, o assunto se concentra especialmente em analisar as estruturas sociais, políticas, ambientais, econômicas e institucionais da sociedade, posto que localiza o pobre na sua expressão política atingido individualmente pelos efeitos da pobreza. Aqueles por serem

peças individualizadas agem de igual modo individual com forte tendência à desfiliação, limite extremo do processo de vulnerabilização.

De volta ao nosso exemplo, quando encontrei um trabalhador em situação de fome e tendo eu nas mãos as “sobras” do almoço, fico cada vez mais convencido de que agi plenamente no campo da caridade. Numa ação micro que tem impacto relevante na vida do pobre, sem, contudo, mudar sua condição de pobreza. Houvesse mesmo uma ação coletiva baseada no acesso a dimensão dos “direitos mínimos de cidadania” com forte apelo à redistribuição, simplesmente eu teria voltado para casa com a marmita nas mãos. Nesse momento, estaríamos socialmente articulando uma forma eficiente o enfrentamento a pobreza enquanto condição socialmente imposta ao pobre.

Por tudo, o pobre e a pobreza são duas categorias diferentes de análise social. Vê-las separadamente torna possível identificar a melhor ação coletiva. Entretanto, são dialeticamente unidas seja pela cultura forjada no reducionismo do caminho fácil de culpabilizar o pobre por sua pobreza, ou mesmo no campo prático da espacialidade urbana de alguma metrópole.

Finalmente, renovado naquilo que L. Boff sustenta em seu mais recente texto “A força histórica dos pobres e oprimidos” “temos que ouvir os pobres... sem a sabedoria deles não salvaremos nossas sociedades” e acrescento: nem nos livraremos da pobreza. Cabe, pois a este texto recuperar as linhas mestras da sociologia da pobreza para propor elementos teóricos capazes de redesenhar a ação prática da vida cotidiana do pobre afetado pela pobreza.

---

Rafael dos Santos da Silva

Universidade Federal do Ceará – UFC.

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra – FEUC/CES.





Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



es Reflexión Original Anticolonialismo

# Política de las desafecciones

## AN Original

2024-02-14

Por Verónica Rocha Fuentes

Que Nayib Bukele haya ganado las pasadas elecciones generales en El Salvador fue solo la comprobación de un hecho que, de alguna manera, esperábamos en el continente. Lo sorpresivo fue el uso que le dio a la fuerza otorgada por el porcentaje de votación que obtuvo, utilizándola para legitimar un postulado sobre la democracia que presume que la misma puede existir con un partido único. Así, la última semana, hemos asistido al hecho de que un líder emergente de las urnas tenga como primerísimo acto de gobierno, informar al mundo su propósito de ensayar un experimento que prescindiera de la democracia (en su nombre) y que vaya “más allá de ella».

Los ejemplos de gobiernos que emergen de las urnas y devienen en autocracias eficaces se multiplican aun lentamente, pero a la vez sin pausa alrededor del mundo. Todo esto en sintonía con una ¿política? signada por las desafecciones. Bajo la idea de que la democracia está imposibilitada, el día de hoy, de proponerle una solvente promesa de futuro a las generaciones venideras, pareciera tomar forma la hipótesis de que las mismas están dispuestas precisamente a ensayar modelos de gobierno que sí puedan proponerles algunas aspiraciones mayores a la sola existencia.

¿Significa esto que una determinada masa de votantes que apoyan estas autocracias escogen la resolución efectiva de sus certezas por encima de la democracia? No necesariamente. Lo cierto es que el malestar y el hastío de una sociedad que no encuentra en la política una forma de generar proyectos comunes están produciendo una profunda distorsión de múltiples categorías que hacían a nuestra comprensión del mundo. Y, a no dudarlo, otras distorsiones varias son propuestas a conveniencia. Una muestra de ello es la que se hace del feminismo en la actualidad.

Lo cierto es que si pensamos en las sociedades actuales en las que existe cada vez más una importante práctica de la política tribal y en las que la polarización se ha convertido en una relevante manera más de entender un mundo en el que las posturas moderadas no tienen cabida, nos encontramos también ante importantes desafíos que tienen que ver con tratar de encontrar cuánto de desafección democrática puede generar una política práctica desde los polos y de espaldas a quiénes son los otros (no se olviden que para Milei solo cuentan los “argentinos de bien”). Y, entonces, a pesar de que la determinación de los efectos de la polarización aún no ha alcanzado a ser un consenso entre quienes se han dedicado a estudiarlo, tenemos por cierto que la institucionalidad democrática como sola cancha del juego político y despojada de su significante en torno a derechos y libertades pueda llegar a ser percibida como prescindible.

Los riesgos para la democracia que está produciendo la evolución de los procesos desinformativos en procesos de distorsión, especialmente sobre las instituciones y prácticas políticas constituyen hoy un desafío descomunal al que es difícil seguirle el ritmo en la comprensión, más aún en la acción. Si en muy pocos años pasamos del enfoque tecno-utopista de la sociedad del conocimiento al enfoque tecno-pesimista de la sociedad de la desinformación, de lo que dan cuenta los procesos políticos recientes en el mundo y su correlato en nuestro continente, es que podríamos estar ad portas de entender los fenómenos comunicacionales y políticos desde un enfoque distópico que nos empieza a trasladar hacia una sociedad de la distorsión donde prima una política de las desafecciones.

---

Verónica Rocha Fuentes es comunicadora boliviana.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**ces**  
Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



1290  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra – Alta e Sufra  
inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original

# Extremismo e movimentos sociais em Moçambique

## AN Original

2024-02-07

Por Boaventura Monjane

A ausência de movimentos sociais em uma sociedade pode criar um vácuo perigoso, propenso ao surgimento da extrema direita e, em casos extremos, à insurgência violenta. A vitalidade dos movimentos sociais está intrinsecamente ligada à saúde democrática de um país. Quanto mais democrático, mais vibrante é o cenário dos movimentos sociais, proporcionando um terreno fértil para o diálogo construtivo entre o Estado e a sociedade. A falta desse diálogo pode desencadear a ascensão de forças políticas extremistas, como evidenciado pelo surgimento dos Al-Shabaab em Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

Iniciada em 2017, a insurgência violenta, categorizada como terrorismo, no norte de Moçambique perpetrou recentemente ataques em locais específicos em Chiúre. Esta escalada de violência obrigou centenas de pessoas a fugir para o sul da província de Cabo Delgado, em direção à província vizinha de Nampula, em resposta à intensificação dos ataques.

É crucial reconhecer que a emergência de grupos extremistas não é unicamente atribuível à ausência de movimentos sociais; contudo, a presença de movimentos sociais robustos teria exercido uma influência significativa na orientação das aspirações e engajamento da juventude, especialmente em regiões propensas a conflitos, como Cabo Delgado.

Além de fomentar o diálogo, os movimentos sociais também desempenham um papel crucial na prevenção da intensificação do aparato repressivo e da militarização da sociedade. O diálogo social, quando eficaz, atua como uma válvula de escape para as tensões acumuladas, evitando a escalada de conflitos para níveis mais violentos.

De forma paradoxal, o Estado em Moçambique procurou restringir o espaço cívico ao introduzir uma lei que regula as associações e organizações da sociedade civil, suspeitando que estas possam facilitar o terrorismo no país. Em resposta, a sociedade civil organizou-se para influenciar o conteúdo da lei, que acabou por ser aprovada com a inclusão de contribuições significativas provenientes da sociedade civil.

### **O fracasso das igrejas como pacificadoras da sociedade**

Em Moçambique, a expectativa de que as igrejas desempenham um papel harmonizador na sociedade revelou-se ambígua. Embora inicialmente concebidas como espaços de pacificação e coesão social, as igrejas, em muitos casos, transformaram-se em arenas de despolitização e promessas de prosperidade individual. O crescimento do evangelismo e a proliferação de autoproclamados profetas contribuíram para a individualização da sociedade, minando a solidariedade coletiva.

A sociedade moçambicana enfrenta o desafio de consolidar o diálogo entre o Estado e a sociedade, uma tarefa que vai além do papel tradicional das igrejas. O crescimento da classe capitalista em um vácuo de movimentos sociais eficazes destaca a necessidade urgente de uma resposta articulada.

Neste contexto, destaca-se o papel potencialmente transformador do campesinato como um setor que ainda fornece esperança. Embora os movimentos sindicais enfrentam desafios de fragmentação e despolitização, a possibilidade de sua recuperação política não está descartada.

### **Projecto popular radical**

Moçambique necessita de um projeto popular radical e de esquerda para enfrentar as crises sociais. Uma aliança entre forças minimamente organizadas, como professores, enfermeiros, sindicatos, estudantes e intelectuais progressistas, com o campesinato, pode ser a força motriz para desafiar o status quo. Os partidos políticos, por sua vez, mostraram-se incapazes de inspirar a sociedade, indicando o esgotamento do sistema partidário atual. Esta é a oportunidade para os movimentos sociais reivindicarem seu espaço, influência e poder, desempenhando um papel fundamental na refundação de um estado moçambicano que se mostra decadente até sua essência.

Nesse sentido, é crucial promover um diálogo aberto e inclusivo entre os diversos setores da sociedade, visando construir consensos e definir uma agenda comum para a transformação e progresso do país. Esta abordagem colaborativa pode potenciar a mobilização e a participação ativa dos cidadãos na definição de políticas públicas e na promoção de uma governança mais transparente e responsável. Ao mesmo tempo, é fundamental garantir que as vozes e as necessidades dos grupos mais marginalizados e vulneráveis sejam devidamente representadas e consideradas em todas as decisões e iniciativas de desenvolvimento.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



en Reflection Original Anti-Colonialism

# Minds at the Ballot: Psychopathologies and Political Behaviour

## AN Original - UNPOP Series

2024-01-30

By Maria Clara Paraíso, Manuel João Cruz

People suffering from psychological disorders have long been marginalized in society, enduring stigma and discrimination that eroded their fundamental rights, such as the right to vote. This marginalization has highlighted the lack of mental health perspectives in political discourse. However, this is changing due to research revealing the impact of specific psychological conditions on political behavior. For instance, studies indicate that radicalization, marked by the use of violence for political change, may be linked to psychological patterns akin to those in obsessive-compulsive disorders (OCD), driven by an "obsessive passion". This insight reveals a complex relationship between mental health and political engagement, challenging old misconceptions and potentially altering societal views on psychopathology and civic participation. Therefore, there's an argument to be made about how psychopathologies play a determinant role on the individual's political decision-making at the ballot box.

Obsessive-Compulsive Disorder consists of repetitive acts or thoughts that a person cannot control, signifying a condition of heightened stress. Those with OCD tend to exhibit ritualistic behaviors to alleviate this stress, which can be triggered by various everyday situations. In stressful scenarios like elections, characterized by significant polarization and intense debates, and concerns about the country's future governance, individuals in society may experience immense stress. A recent study found that people reduce stress by turning to technology and researching politics, seeking more information about the political situation. An example of this, according to the same study, occurred in the 2016 United States elections, which were reported as stressful by the general population. They could only alleviate their stress through research about the candidates. This behavior can be seen as a compulsion that lessens anxiety and

stress, similar to patterns in OCD. It's a way of coping with the uncertainty and public pressure in politics during this period, and the information-seeking can be viewed as intrusive political-focused thoughts associated with ritualistic behaviors, offering momentary relief. This is one way OCD symptoms relate to politics, proving their influence in the political context.

Personal accounts of people with OCD highlight the potential disruptive and debilitating nature of the disorder. One such account relates how significant changes in her life triggered a sense of threat and intensified the symptoms that lead to a deep increase in stress. Transposing this perspective to the electoral scenario, where populations face possible deep changes and transitions, this equates to a potential significant shift in the daily lives of all society members. In fact, the effects on the mental state of the elections and election results have been the target of several studies. For example, a 2008 one study on U.S. presidential elections found different cortisol (stress) levels differ according to election results. Another study confirms that "elections are exciting, yet stressful events" to the population. More recently, a paper on the 2020 U.S. presidential elections found them "traumatic" for voters. In this context, it appears to be self-evident the possible nefarious effects that elections and the election period has not only on people in general, but more specifically to those more mentally vulnerable, like people with OCD.

According to Gallup, an American analytics and advisory company, the number of the people on the left and or on the right are virtually the same, with the outliers describing themselves as "independents". Considering our argument as valid, this data suggests that a significant portion of people with OCD are already voting right or leaning in that particular direction. Likewise, a portion of the independents - and even from the left - might eventually turn to the right-wing, influenced OCD dispositions. That is, according to the precautionary model, people with OCD lean more to the right as a way of coping with perceived threats and enhance their sense of security. This inclination is partly driven by the heightened stress associated with OCD. People with this disorder commonly exhibit significant concerns over safety and order, attributes that are also characteristic of right-wing supporters. The alignment with right-wing ideologies occurs as conservative political stances often provide assurances on these fronts, offering a strong, albeit temporary, relief of OCD symptoms. Therefore, there is a notable correlation between OCD and a preference for right-wing ideologies, with OCD symptoms being more prevalent among those who lean to the right. This relationship is underpinned by the way conservative policies address the deep-seated needs for security and stability, such as, for example, Trump's wall over a perceived immigrant threat or André Ventura's claims that "thousands of people from the Middle East represent a security risk". These policies, such as strict immigration and national security investment relieve the insecurities faced daily by people with OCD. Thus, for these individuals, right-wing policies function analogously to their personal precautions, playing a significant role in reducing their perception of daily threats.

Given these insights, it's evident that mental health, with a particular focus on OCD, profoundly affects emotional states and thus shapes individual political preferences. This establishes a notable connection between mental health and political behaviour. The implication here is that if the symptoms of OCD were effectively managed, individuals with this condition could have the freedom to consider a wider array of political options. While the preference for right-wing

politics in itself is not inherently negative, and indeed, political pluralism is crucial for the good health of any liberal democracy, recognizing and addressing the stress and anxiety faced by individuals with OCD in making their political choices poses a significant, long-standing challenge.

The intertwining of mental health and political preferences, particularly concerning obsessive-compulsive disorder (OCD), presents a multifaceted narrative. Conservative policies often provide effective responses to security concerns, thereby managing perceived threats, highlighting a broader issue that appeals to OCD apprehensions. In this regard, mental health plays a pivotal but frequently overlooked role in shaping political preferences, a topic that remains underexplored in existing literature. Such an approach could potentially construct a more inclusive political landscape for people with OCD, who often seek assurance right-wing dominated topics like security. Consequently, there is a pressing need for more inclusive public policies across the political spectrum that accommodate the needs of individuals with OCD. These policies should aim to provide emotional support, mitigate excessive stress, and enhance political engagement. The goal would be to ensure that all manner of people, including people with OCD are not restricted to aligning with a specific ideology as a form of relief but have the opportunity to broaden their political perspective beyond a singular political focus.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**ces** Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



1 2 9 0  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sofia  
inscrita no Livro do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.